



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 567/2021, DE 03 DE SETEMBRO DE 2021.

## “ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA A POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO, REESTRUTURA O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO (COMTUR) E O FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO (FUMTUR) DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DA LIMEIRA – MG.

O prefeito de Rosário da Limeira, Estado de Minas Gerais, faz saber que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

### DIRETIZES DA POLÍTICA DE TURISMO

**Art. 1º.** Ficam estabelecidas, por meio da presente legislação, as diretrizes para a Política de Turismo do Município de Rosário da Limeira – MG, voltadas à promoção do desenvolvimento social e econômico local e embasadas na proteção do patrimônio natural, histórico e cultural, na redução das desigualdades sociais e na melhoria da qualidade de vida da população.

**Art. 2º.** Na Política Municipal de Turismo de Rosário da Limeira – MG devem ser observados os seguintes parâmetros e objetivos norteadores do desenvolvimento social:

I - fortalecer a agricultura familiar do município, ampliando o valor agregado à produção primária e à sua comercialização;

II - estimular o fortalecimento das cadeias produtivas do município;

III - buscar alternativas para que o pequeno produtor explore suas terras e patrimônios naturais e ambientais de forma racional e lucrativa;

IV - promover a gestão ambiental através da conservação dos solos, da gestão das microbacias hidrográficas, da proteção das matas ciliares e da criação das unidades de conservação;

V - fomentar parcerias para viabilizar e promover o aumento das linhas de financiamento e crédito voltadas à atividade agrícola;

VI - elaborar planos ecológico-econômicos sustentáveis;

VII - atrair novos setores produtivos para o município, em consonância à política de desenvolvimento regional;

VIII - promover a política de incentivo à implantação de pequenas e médias indústrias no município;

IX - incentivar o empreendedorismo a partir da identificação de vazios econômicos no município utilizando ferramentas de geografia de mercado;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

X - consolidar o setor industrial do município como espaço físico, disciplinando a ocupação e a expansão deste;

XI - fortalecer as atividades comerciais do município através da estruturação e consolidação do centro urbano tradicional;

XII - incentivar o ensino e a pesquisa, promovendo planos conjuntos às instituições de ensino superior instaladas na região.

**Art. 3º.** Cabe ao Poder Executivo promover e incentivar o turismo como fator estratégico de desenvolvimento econômico e social, visando ampliar gradativamente e quantitativamente os fluxos de visitantes para aumentar a taxa de permanência destes no município.

**Art. 4º.** Para a promoção do turismo no município, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

I - otimizar o aproveitamento econômico do potencial turístico do município como fonte de empregos e geração de renda;

II - consolidar o turismo na zona rural;

III - estimular o turismo agroecológico em propriedades rurais;

IV - criar roteiro turístico de referência no município;

V - estimular a construção e estruturação de equipamentos de hospedagem nas áreas urbana e rural, fomentando o desenvolvimento do turismo;

VI - fortalecer as atividades gastronômicas, esportivas, culturais e tradicionais do município;

VII - inserir ativamente o município em associações, circuitos turísticos e demais organizações com a finalidade de fortalecer a política de turismo na região;

VIII - elaborar e executar, com a participação da sociedade, o Plano Municipal de Turismo (PMT), com foco no desenvolvimento sustentável do município;

IX - implantar mecanismos de apoio à comercialização, marketing e promoção da oferta turística do município;

X - desenvolver ações para captação de investimentos e recursos para o desenvolvimento das ações do PMT;

XI - criar, resgatar, ampliar e fortalecer o calendário de eventos do município em suas diversas vertentes (cultural, esportiva, religiosa, de negócios, etc.);

XII - ofertar incentivos fiscais aos empreendimentos turísticos situados no município buscando o fortalecimento dos estabelecimentos e negócios que atendem à demanda turística;

XIII - implantar e melhorar os serviços destinados à informação turística;

XIV - investir em infraestrutura rodoviária intensificando obras de pavimentação, ampliação da rede e manutenção de estradas de acesso às atrações e serviços turísticos;

XV - investir em infraestrutura de preservação e restauração do patrimônio cultural;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS**

XVI – investir em infraestrutura de preservação do meio ambiente e áreas de proteção, buscando ações de manutenção e conservação de parques, estruturação de cachoeiras e outros atrativos naturais;

XVII – investir em infraestrutura de acessibilidade, buscando mais espaços acessíveis, seguros e inclusivos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

XVIII – investir em infraestrutura de sinalização, com instalação, modernização e manutenção da sinalização turística urbana e rodoviária;

XIX - promover a constante organização da política municipal de turismo; incentivando a elaboração, revisão e adequação das leis, regulamentações e planos voltados para as políticas de fomento ao turismo;

XX – investir em pesquisa, estatística e monitoramento dos empreendimentos turísticos, levantando dados relacionados aos setores do turismo, elaborando conteúdo estatístico, implementando o Observatório do Turismo Municipal;

XXI - promover ações de qualificação, capacitação e treinamento para os atores envolvidos na cadeia produtiva do turismo;

XXII – estimular a participação popular nas ações e políticas de desenvolvimento do turismo;

XXIII - estimular a criação de cooperativas, associações e outras formas de organização que visem o desenvolvimento do turismo no município;

XXIV – outras ações de interesse do município para desenvolvimento sustentável do turismo.

### **DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO**

**Art. 5º.** Fica reestruturado o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) do município de Rosário da Limeira - MG com o objetivo de implantar e fomentar a política municipal de turismo, sendo este um órgão consultivo, deliberativo e de assessoramento, organizado através da presente Lei, especificamente para promover e incentivar o desenvolvimento sustentável do município, considerando os fatores ambientais, econômicos, socioculturais, políticos e institucionais nos termos do Art.180 da Constituição Federal.

**Art.6º.** Compete ao COMTUR:

I – formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na política municipal de turismo;

II – propor resoluções, instruções ou atos regulamentares necessários ao pleno exercício de suas funções, bem como modificações ou supressões de exigências administrativas ou regulamentares que dificultem as atividades do turismo;

III – opinar, sobre projetos de leis que se relacionam com o turismo ou adotam medidas que neste possam ter implicações;

IV – desenvolver programas e projetos específicos para o desenvolvimento turístico visando aumentar o fluxo de turistas e seu tempo de permanência no município;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

V – estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado em rede entre os serviços públicos municipais e os prestados pela iniciativa privada, com o objetivo de promover infraestrutura adequada à implantação do turismo;

VI – estudar de forma sistemática e permanente o mercado turístico do município, a fim de apurar os dados necessários para um adequado controle técnico;

VII – programar e executar conjuntamente com a Secretaria Municipal de Turismo (e setores a ela vinculados) os debates sobre temas de interesse do município;

VIII – manter, conjuntamente à Secretaria Municipal de Turismo, o cadastro de informações turísticas de interesse do município;

IX - promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo;

X – apoiar, em nome do município, a realização de congressos, públicos e privados, nacionais e internacionais, com o objetivo de promover intercâmbios de interesse turístico;

XI – propor convênios com órgãos, entidades e instituições, públicas e privadas, nacionais e internacionais, com o objetivo de promover intercâmbios de interesse turístico;

XII – propor planos de financiamentos e convênios com instituições financeiras, públicas e privadas;

XIII – examinar e emitir parecer sobre as contas que lhe forem apresentadas referentes aos planos e programas de trabalho executados;

XIV – fiscalizar a captação, o repasse e a destinação dos recursos de competência do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR);

XVI – elaborar, votar e, quando necessário, atualizar seu regimento interno.

**Art. 7º.** O COMTUR será composto por 8 (oito) representantes titulares e 8 (oito) suplentes com a seguinte composição:

I – 01 (um) membro do Poder Executivo Municipal, indicado pelo prefeito, representando a Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo;

II - 01 (um) membro do Poder Executivo Municipal, indicado pelo prefeito, representando a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

III - 01 (um) membro do Poder Executivo Municipal, indicado pelo prefeito, representando o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural;

IV - 01 (um) membro do Poder Legislativo Municipal;

V – 01 (um) representante dos empreendimentos turísticos de alimentação (restaurantes, bares, lanchonetes, padarias, etc.);

VI – 01 (um) representante dos empreendimentos turísticos de hospedagem (hotéis, pousadas, albergues, etc.) ou agências de turismo;

VII – 01 (um) representante dos atrativos turísticos municipais (cachoeiras, pesque-pagues, centros culturais e de pesquisa, etc.);

VIII – 01 (um) representante dos empreendimentos de promoção turística e cultural.

**§1º.** Para cada membro nomeados neste artigo será nomeado um suplente, igualmente indicado pelo órgão ou entidade representado.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 2º. Os representantes e seus suplentes serão indicados pelos respectivos órgãos ou entidades a que representarão e apresentados ao Chefe do Executivo Municipal.

§ 3º. Os membros titulares e suplentes participarão de todas as reuniões do COMTUR a que forem convocados. Porém, estando presentes o titular e o suplente de uma mesma instituição, somente o primeiro terá direito a voto. Na ausência deste, o suplente terá direito a voto.

§ 4º. Cada representante terá mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por igual período.

*a-* O mandato em curso dos membros do COMTUR, será interrompido quando esta lei for sancionada, devendo ser nomeados novos representantes que, terão mandato excepcional até 31 de Dezembro de 2022, quando então seguirão o rito deste § 4º.

§ 5º. As entidades públicas indicarão seus representantes por ofício.

§ 6º. Os representantes do poder Executivo terão seus mandatos coincidentes com o mandato do Chefe do Executivo Municipal, nos moldes do §4º deste artigo.

§ 7º. Os integrantes do COMTUR serão nomeados por Decreto ou Portaria do Executivo Municipal.

§ 8º. Os Conselheiros não receberão remuneração pelo exercício de suas funções, que serão consideradas serviço público relevante.

§ 9º. O COMTUR deverá acompanhar, monitorar e avaliar a conjuntura municipal do turismo, comunicando, sempre que necessário, o resultado de suas ações ao Executivo e ao Legislativo Municipal.

**Art. 8º.** O COMTUR fica assim organizado:

I – Plenário;

II – Diretoria;

III – Comissões.

§ 1º. A Diretoria do COMTUR será constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário;

§ 2º. A Diretoria será eleita em plenária, entre os membros do COMTUR, sempre na primeira reunião ordinária após a nomeação ou manutenção dos membros após o mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido.

**Art. 9º.** O COMTUR reunir-se-á ordinariamente a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou mediante solicitação de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros titulares.

**Art. 10.** As sessões serão realizadas em primeira chamada mediante presença de, pelo menos, a maioria simples (metade mais um) de seus membros efetivos (ou suplentes, na ausência dos efetivos). Não havendo quórum, as sessões serão realizadas em segunda chamada, 15 minutos após a primeira, com a presença de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros titulares ou suplentes.

§ 1º. As reuniões serão geridas pelo Presidente do COMTUR, na sua ausência pelo Vice-presidente, na ausência de ambos, pelo conselheiro mais antigo entre os presentes.

§ 2º. As decisões serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente do COMTUR apenas o voto de desempate. O voto será restrito apenas aos conselheiros.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS**

§ 3º. As reuniões ordinárias e extraordinárias deverão ser comunicadas aos membros efetivos e suplentes com prazo mínimo de 48 horas de antecedência de sua realização.

**a-** Considera-se comunicado e convidados os membros que tiverem sido notificados por e-mail, whatsapp, telegran, mensagem de texto ou por ofício entregue pessoalmente.

**Art. 11.** As reuniões do Conselho serão abertas à assistência pública, concedido pelo Presidente o direito de voz, desde que não interfira no bom andamento dos trabalhos.

**Art. 12.** As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas por rubricas próprias do orçamento municipal, que poderão ser suplementadas.

### **DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO**

**Art. 13.** Fica reinstituído, nos termos do Artigo 167, inciso IX, da Constituição Federal, e dos Artigos 71 a 74 da Lei Federal 4.320/64, o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) do município de Rosário da Limeira / MG, de natureza especificamente contábil, vinculado à Secretaria Municipal de Turismo.

**Art. 14.** Constituirão receitas do FUMTUR:

I – Os valores cobrados pela cessão de espaços públicos para eventos de cunho turístico e de negócios, e o resultado de suas bilheterias, quando não revertidos a título de cachês ou direitos.

II – a venda de publicações editadas pelo COMTUR;

III – a participação na renda de filmes e vídeos de propaganda turística do município;

IV – os créditos orçamentários ou especiais que lhe sejam destinados;

V – as doações de pessoas físicas e ou jurídicas;

VI – os créditos orçamentários ou especiais que lhe sejam destinados;

V – as contribuições de qualquer natureza, sejam públicas ou privadas;

VI – os recursos provenientes de convênios que sejam celebrados;

VII – o produto de operações de crédito realizadas pelo COMTUR, observada a legislação pertinente e destinadas a esse fim específico;

VIII – os rendimentos provenientes da aplicação financeira de recursos disponíveis;

IX - os recursos provenientes do ICMS Turismo;

X - outras rendas eventuais.

§ 1º. O eventual saldo não utilizado pelo FUMTUR será transferido para o próximo exercício.

§ 2º. Na aplicação dos recursos do FUMTUR haverá estrita observância às exigências licitatórias, fiscais, previdenciárias e trabalhistas.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Art. 15.** O chefe do Executivo Municipal será o ordenador de despesas do FUMTUR, devendo proceder a movimentação financeira em conjunto com o Secretário Municipal de Turismo.

**Art.16.** O FUMTUR destina-se:

I – ao fomento das ações de apoio à comercialização, marketing e promoção da oferta turística do município;

II - à execução e fortalecimento do calendário de eventos do município em suas diversas vertentes (cultural, esportiva, religiosa, de negócios, etc.);

III – à implantação e melhoria dos serviços destinados à informação turística;

IV – à melhoria da infraestrutura rodoviária de acesso às atrações e serviços turísticos;

V – à melhoria da infraestrutura destinada à preservação e restauração do patrimônio cultural;

VI – à melhoria da infraestrutura destinada à conservação e manutenção do meio ambiente e áreas de preservação, como parques, cachoeiras e outros atrativos naturais;

VII – à melhoria da infraestrutura de acessibilidade para a consolidação de espaços acessíveis, seguros e inclusivos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

VIII – à instalação, modernização e manutenção da sinalização turística urbana e rodoviária;

IX – aos serviços de pesquisas e monitoramento dos empreendimentos turísticos para o levantamento de dados relacionados aos setores do turismo no município;

X – às ações de qualificação, capacitação e treinamento dos atores envolvidos na cadeia produtiva do turismo;

XI – à criação e manutenção de serviços de apoio ao turismo;

XII – à contratação de serviços de elaboração de projetos voltados ao fomento do turismo no município;

XIII – à aquisição de bens de consumo e outros destinados aos serviços de turismo.

XIV - à manutenção dos programas, projetos e eventos de cunho turístico e/ou de interesse da Secretaria Municipal de Turismo.

**Art. 17.** Por meio de legislação específica, o COMTUR abrirá pelo menos um edital por ano, facultando a pessoas físicas e jurídicas a apresentação de projetos a serem por ele custados.

**§ 1º.** O projeto apresentado será avaliado previamente pelo COMTUR, ao qual terá competência para emitir parecer aprovando, reprovando ou sugerindo alterações ao projeto original;

**§ 2º.** Para avaliação dos projetos, o COMTUR deverá levar em consideração os seguintes aspectos;

I – orçamento do projeto, considerando o custo-benefício;

II – retorno de interesse público;

III – clareza e coerência dos objetivos;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

IV – criatividade;

V – relevância para o município;

VI – valorização do turismo no município;

VII – capacidade de execução do proponente, através da análise do currículo.

§ 3º. Havendo aprovação do projeto na íntegra, ou parcialmente, ou com as alterações sugeridas pelo COMTUR, será o mesmo encaminhado à Secretaria Municipal de Turismo para a homologação final e liberação dos recursos.

§ 4º. Uma vez homologado o projeto, será celebrado instrumento de convênio entre a municipalidade e o proponente beneficiário dos recursos, estabelecendo todas as obrigações das partes, nas quais constará, em especial, a previsão de:

I – repasse dos recursos de acordo com cronograma e comprovação da exceção das etapas do projeto aprovado;

II – devolução ao FUMTUR dos recursos de acordo com cronograma e comprovação da exceção das etapas do projeto aprovado;

III – sanções cíveis, caso constatadas irregularidades na execução do projeto ou na sua prestação de contas, podendo haver, inclusive, a proibição do beneficiário de receber novos recursos do FUMTUR e do município, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, sem prejuízo das demais sanções administrativas e criminais cabíveis;

IV – observância das normas licitatórias.

§ 5º. Antes da assinatura do convênio, o proponente ao Fundo deverá comprovar previamente a sua regularidade jurídica e fiscal, bem como a qualificação técnica dos profissionais envolvidos com o projeto a ser executado.

**Art. 18.** Aplicar-se-ão ao FUMTUR as normas legais de controle, prestação e tomada de contas em geral, sem prejuízo de competência específica da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas.

**Art.19.** Ao município incumbe a realização de inspeções e auditorias, objetivando acompanhar a execução dos projetos aprovados e as respectivas prestações de contas, bem como solicitar dados e informações que otimizem o monitoramento, o aperfeiçoamento e a avaliação das ações e projetos vinculados ao FUMTUR.

**Art.20.** Os relatórios de atividades, receitas e despesas do FUMTUR com recursos públicos serão incorporados ao patrimônio público municipal.

**Art.21.** Ocorrendo a extinção do FUMTUR, os bens permanentes adquiridos com recursos públicos serão incorporados ao patrimônio público municipal.

**Art.22.** O funcionamento, a gestão e a aplicação dos recursos do FUMTUR pautar-se-ão pela estrita observância aos princípios da legalidade, economicidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação, razoabilidade, eficiência, ampla defesa, contraditório, transparência, probidade, decoro e a boa-fé, estando os seus





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

gestores e beneficiários sujeitos à responsabilidade administrativa, civil e penal em caso de prática de ato ilícito.

**Art.23.** Esta Lei será regulamentada, no que for necessário, por Decreto do Executivo Municipal.

**Art.24.** Revogadas as Leis Municipais n.º113/2001, n.º486/2017 e n.º538/2020, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rosário da Limeira (MG), 03 de Setembro de 2021.

**JOSÉ MARIA PINTO DA SILVA**  
Prefeito de Rosário da Limeira - MG